




**UNIÃO das
FREGUESIAS de
SETÚBAL**

EDITAL

São Julião

Informam-se todos os interessados que nos termos do nº 1 e nº2 Artigo 14º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, foi convocada uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, para o dia 30 de junho de 2016, pelas 21.00h, a ter lugar na sede do CORAL LUÍSA TODI, sito na Rua Carlos Ferreira nº 15, 2900-025 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B) PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 5 DE 11/12/2015;
2. DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE E CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA
3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO DAS FREGUESIAS E A AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO (APDES);
4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL;

Setúbal, 21 de junho de 2016
A Presidente da Assembleia de Freguesia

Ana Pereira
(Ana Pereira)





ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Ata nº 4/2016 em Minuta

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal, em sessão ordinária a ter lugar na sala da sede do CORAL LUÍSA TODI, sito na Rua Carlos Ferreira nº 15, 2900-025 Setúbal.-----

Foi Presidida por Ana Isabel Espada Pereira, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária, por Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada.-----

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - APROVAÇÃO D ATA Nº 5 de 11/12/2015;

Aprovada por unanimidade _____;

Reprovada _____;

3 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO DAS FREGUESIAS E A AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO (APDES);

Aprovada por unanimidade _____;

Reprovada _____;

4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL;

Aprovada — proposta ratificada pelo executivo _____;

Reprovada — _____;

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 1; 3 e 4 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por Unanimidade.

A PRESIDENTE ANA ISABEL ESPADA PEREIRA _____

A 1ª SECRETÁRIA DONATÍLIA ROSA CAVALEIRO PERALTA MOÇO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL
DO MUNICÍPIO DE SETUBAL,
REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO
MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS**

ATA Nº 4/2016

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, na sede do Coral Luísa Todi, sito na Rua Carlos Ferreira nº 15, 2900-025 Setúbal. A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA** (PS), secretariada por Donatilia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa, que após cumprimentar todos os presentes e agradecer ao Coral Luísa Todi pela cedência da sala, prosseguiu com a chamada, registando os pedidos de substituição e a3s presenças, a saber:

COMPARECERAM OS SEGUINTE MEMBROS: (dezasseis) -----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária (seis) -----
Ilda Fernandes Alves; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto; Gertrudes do Rosário da Silva Moura; -----

Bancada do PS – Partido Socialista (seis) -----
Paulo Alexandre Tavares Gomes; Ciro de Sá Silva; João Vítor Miranda Inácio; -----

Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP (três) -----
Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Armando José Ferreira Durand Moreira Pinto. -----

Bancada do BE – Bloco Esquerda (um) -----
Silvana Cassaca Parreira Paulino. -----

NÃO COMPARECERAM OS SEGUINTE MEMBROS: (três) -----

Maria de Fátima Fernandes Ferreira (CDU) pediu substituição (anexo 1); António José de Oliveira Freixo (CDU) pediu substituição (anexo2); Vítor Manuel Serrano Cardeira (CDU) pediu substituição (anexo3); **Mário Fernando dos Santos Peixoto** (CDU); Paulo Jorge Oliveira da Silva (PS) pediu substituição (anexo 4); Ana Lúcia de Castro Godinho Rocha (PS) que pediu substituição (anexo 5); Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus (PS) que pediu substituição (anexo 6); **Vítor Manuel Fernandes Cunha**; Pedro Gaivéo Duarte Luzio (Coligação Por Setúbal, Por Si) pediu substituição (anexo 7); Vitor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) pediu substituição (anexo 8); Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si) pediu substituição (anexo 9); Paulo José Teixeira da Silva Mateus (Coligação Por Setúbal, Por Si) pediu substituição (anexo 10); **Paula Cristina Lopes Claro** (Coligação Por Setúbal, Por Si). -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU);-----

Secretária – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU); -----

Vogal – Carlos Manuel dos Reis Branco (BE); -----

Vogal - Maria Luís Alves da Silva Nunes (CDU); -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa dando início à ordem de trabalhos, considerou aberto o Período destinado à **Intervenção do Público** e deu a palavra a um dos membros da Direção do Coral Luísa Todi, **Sérgio Paiva**, que após dar as boas vindas e saudar os presentes, fez uma breve apresentação do historial e das atividades do Coral Luísa Todi em todas as suas vertentes, não esquecendo a interligação com diversas escolas. Terminou a sua intervenção fazendo referencia a vários eventos que se iriam realizar e para os quais convidou os presentes a participarem, informando também que poderiam frequentar o café existente no último andar das instalações. -----

Por não haver mais intervenções, a Presidente da Mesa deu por encerrado esse ponto e **passou ao Período antes da ordem do dia** dando-o por aberto, lembrando, ao mesmo tempo, de que tinham chegado à Mesa Moções para serem apresentadas. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, para falar sobre uma Obra de Arte Pública, composta por painéis de azulejos de arte contemporânea, feitos por um artista alemão que vive há muito em Portugal, encontrando-se colocada nas paredes da passagem desnivelada do Quebedo. Terminou elogiando a referida obra de arte contemporânea dizendo que a mesma dignificava a Cidade e ao mesmo tempo convidou todos os membros da Assembleia a passar naquela zona, mas a pé, a fim de apreciarem a obra. -----

Pediu a palavra a membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Cassaca, informando que em frente à Escola Básica 2,3 Barbosa do Bocage o relvado estava repleto de detritos de cães, mas ninguém fazia nada para resolver o problema, com a agravante de ser uma zona de passagem de crianças. Terminou alertando para o facto de existirem zonas na freguesia, como por exemplo no Viso, onde existem muitas ervas daninhas para serem cortadas. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, João Inácio, que após cumprimentar todos os presentes referiu que apesar de gostar dos painéis que foram colocados no Túnel do Quebedo, tinha ficado dececionado com as dimensões da referida obra, principalmente pelo facto de ter tido um custo de setenta e cinco mil euros, valor que comparado com o valor de noventa e cinco mil euros em que irão ficar as obras da Praceta dos Arcos, com a duração de dois meses, envolvendo não só custos com trabalhadores/maquinaria pesada e substituição de saneamento, pareceu-lhe excessivo e questionou se não haveriam outras prioridades em que se deveria ter gasto esse valor. Quanto ao conjunto de esculturas inauguradas no Parque do Bonfim e feitas por um artista Búlgaro, referiu que para além de não apreciar aquelas obras de arte, também achou excessiva a quantidade de esculturas e gostaria que o informassem se tinham sido oferecidas ou se a sua aquisição tinha tido algum custo para a freguesia. Terminou referindo que tinha gostado das intervenções que tinham sido feitas na Biblioteca e na Casa da Baía, no entanto não poderia dizer o mesmo nas intervenções feitas no interior dos antigos Claustros do Convento, as quais achou excessivas e desadequadas ao local, tornando-o mais pequeno e mais escuro, para além de também terem sido colocados demasiados objetos decorativos, fazendo com que o espaço parecesse mais uma loja de decoração do que um Posto de Turismo. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si. Carlos Calçada, referindo o facto de existirem muitas zonas na freguesia com bastantes ervas daninhas que para além do mau aspeto também dão origem à acumulação de bicharada e de lixo. Prosseguiu dizendo que tinha assistido à colocação dos painéis de azulejo no Túnel do Quebedo, os quais tinham enriquecido aquela zona tornando-a mais agradável e bonita. Quanto às esculturas colocadas no Parque do Bonfim corroborava com a opinião dada pelo membro da bancada do PS, João Inácio, referindo ainda de que não tinham embelezado em nada o Parque. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, João Inácio, referindo que se tinha esquecido de perguntar se após a intervenção das obras na Praceta dos Arcos, seria aplicado o novo tarifário de estacionamento. -----

Não havendo mais intervenções a **Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta**, para que respondesse às questões colocadas.-----

O Presidente da Junta, após ter cumprimentado os presentes e agradecido ao Coral Luísa Todi a cedência do espaço para mais uma Sessão da Assembleia, começou por esclarecer o motivo da existência de matagais por toda a freguesia, nesta altura do ano, sem terem sido cortados, ou seja tinha tido a ver não só com o facto de ter sido um ano muito chuvoso, como também a dúvida colocada a nível da União Europeia, sobre o químico que se deveria aplicar, o que originou o problema do tempo de espera até se ter obtido informação correta sobre o assunto, de forma a ser o menos prejudicial. No entanto já se tinha ultrapassado essa fase e a Junta já tinha quatro brigadas a funcionar há duas semanas, aplicando o químico sugerido e cortando as ervas, pelo que, provavelmente, até ao final do mês estaria a situação regularizada. Prosseguindo referiu que quanto às outras questões, cada um tinha a sua própria opinião sobre Arte, mas o principal objetivo das obras no Parque do Bonfim tinha sido as infraestruturas, que estavam desatualizadas e não as estátuas, das quais não tinha tido conhecimento se tinham sido pagas ou oferecidas. No que respeitava aos painéis aplicados no Túnel do Quebedo referiu que a obra, independentemente do seu custo tinha melhorado e valorizado a zona. Referindo-se às obras da Praceta dos Arcos informou que o estacionamento na Praceta não iria ser tarifado, só iriam existir parquímetros, ou seja estacionamento tarifado na Rua dos Arcos; no entanto na reunião que tinha sido feita na Escola das Laranjeiras sobre este assunto, tinha havido pareceres favoráveis por parte dos moradores quanto ao pagamento do estacionamento naquela zona. Terminou a sua intervenção referindo que a Casa da Baía tinha sofrido algumas intervenções que, na sua opinião e na opinião de muitas outras pessoas, não tinham sido excessivas, pelo contrário, tinham favorecido em muito aquele espaço e tudo o que consistia em melhoramentos não eram excessivos, no entanto respeitava as diferentes opiniões mesmo aquelas que consistiam na aplicação dessas verbas em outras opções de obras. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, começando não só por agradecer ao Coral Luísa Todi o apoio na cedência da sala como também desejando felicidades e muito sucesso no trabalho que têm dado à Cidade. Prosseguindo a sua intervenção referiu que o dono do Café “Costa Azul”, situado junto ao LIDL do Bairro do Liceu, tinha-lhe pedido que solicitasse aos senhores dos serviços operacionais da Junta para que limpassem não só a lateral do café como também as traseiras, uma vez que segundo informação dos mesmos essa parte era particular e não poderiam limpar. Quanto aos melhoramentos referiu estar de acordo quando dizem “tudo o que é melhor é bom”, no entanto existiam e existem outras prioridades mais urgentes e tinha sido precisamente isso que se tinha contestado, ou seja os gastos poderiam ter sido empregues noutras obras, como por exemplo alcatroando aquela zona da Quinta do Quadrado, na frente da Chiptec e que está há anos em terra batida. Terminou a sua intervenção referindo que, no que respeitava às zonas onde seria aplicado o novo tarifário no estacionamento, a maioria das pessoas eram contra, bastava verificar os abaixo assinados, no entanto referiu ter a certeza que o Presidente da Junta, na Sessão de Câmara, tinha votado não ao lado dos fregueses mas sim ao lado da Câmara, o que tinha sido totalmente incompreensível terem dado mais importância a meia dúzia de pessoas que queriam o estacionamento tarifado à porta de suas casas, do que a centenas de assinaturas que demonstravam que não o queriam.

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si. Carlos Calçada, referindo que, se tinha dado mais importância a uma minoria de “duas” pessoas que queriam o estacionamento pago do que a três mil que não queriam. Terminou dizendo que neste caso ganhava a minoria, ou seja duas valiam mais que três mil e isso ele não conseguia conceber. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, João Inácio, referindo que se a estrada dos Arcos for tarifada e a Praceta dos Arcos não, então irá acontecer como nos outros lados da cidade em que as zonas tarifadas estão vazias e os moradores deixam de ter lugar para estacionar porque os estacionamentos junto às suas casas estão superlotados. -----

A Presidente da Mesa mencionou que haviam Moções para serem apresentadas e discutidas, mas as bancadas teriam de as apresentar. -----

Pediu a palavra a membro da bancada do PS, Dina Lança, questionando se após as obras haveria quem as fiscalizasse, uma vez que no Vale da Rasca tinham andado a tapar buracos deixando tudo num estado lastimoso, buracos mal tapados, outros que nem foram tapados, alcatrão solto no asfalto e solicitou que fossem ver o que tinha sido feito. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo-se às diferentes prioridades dadas a diversos tipos de obras ou onde deveriam ser aplicadas determinadas verbas, disse que cada bancada tinha a sua opinião e as suas prioridades, no entanto uma das prioridades mais importantes tinha a ver com a rede viária, ou seja o melhoramento do asfalto por toda a cidade. Dirigindo-se à D. Dina Lança, informou que o alcatrão no Vale da Rasca tinha sido uma das prioridades da Junta e que a primeira fase estava concluída, pelo que seguidamente dariam início à segunda fase. Prosseguiu informando que, para além de a Junta ter adquirido massa asfáltica para fazer algumas reparações, também tinha fornecido à Câmara três listas de nomes de ruas que necessitavam de intervenções; uma onde constavam 34 ruas que estavam em muito mau estado de conservação, outra de 22 ruas com alguns problemas de reparações e uma última de 15 ruas com problemas localizados de buracos para serem reparados, tendo já os serviços da Câmara iniciado os trabalhos de forma a intercalarem uns dias nesta freguesia outros dias noutra. Quanto à votação em Sessão de Câmara sobre o tarifário do estacionamento, informou que não o tinha feito por não ter estado presente, mas se tivesse comparecido teria votado favoravelmente pois tinha acompanhado todo o processo de perto, não só comparecendo às reuniões como também no aspeto de ouvir a opinião da população em geral, motivo que o levou a concluir que o que tinha gerado muita confusão e originado toda a polémica em torno deste assunto tinha sido a divulgação do mapa com as zonas onde seriam aplicadas as tarifas no espaço de três anos, o qual não tinha sido compreendido, para além de que esta previsão já existia desde a altura em que a Câmara era PS. Terminou a intervenção referindo e lamentando que no abaixo-assinado constavam assinaturas de pessoas não residentes em Setúbal, daí a grande quantidade de assinaturas recolhidas. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, contestando a afirmação do Presidente da Junta, uma vez que a petição tinha sido feita em Setúbal e as assinaturas pertenciam a residentes nessa área, logo as afirmações do senhor Presidente eram falsas e próprias da CDU para enganar a população. Terminou referindo ser grave proferir estas afirmações numa Assembleia de Freguesia. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, salientando que tinha falado do estacionamento referente à Av. Dr. António Rodrigues Manito e o Presidente tinha falado no estacionamento da Av. 5 de Outubro, portanto não fazia sentido nenhum a resposta porque uma não tinha nada a ver com a outra, dando como exemplo o principio da contradição ou seja o ser e não ser cuja conjugação dá vazio. Terminou referindo que a alteração feita com a colocação de setas e a eliminação de uma faixa na rotunda quando se entrava na variante, tinha ficado fantástica e solucionado o problema das camionetas quando ao fazerem a curva mudavam de faixa, pois estava tudo na mesma ou seja continuavam a bater no lancil, a mudarem de faixa quando faziam a curva, etc..., mas existiam umas setas a indicar o caminho, isto tudo para pedir que a Junta dissesse na Câmara que a referida situação continuava mal e teriam que solucionar o problema. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Ana Nieto, referindo que só estaciona a pagar na Av. Luísa Todi, quem não conhece a zona junto à beira-mar onde o estacionamento é grátis. Terminou a sua intervenção informando que na Av. de Moçambique a calçada estava muito danificada e perigosa necessitando de uma grande intervenção, uma vez que após alguns dias de estar arranjada torna a abater, o que tem acontecido repetidamente. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Paulino, referindo que compreendia que em certas zonas da cidade o estacionamento fosse tarifado, evitando comportamentos abusivos, só não conseguia compreender o motivo de haver o mesmo tipo de estacionamento nas zonas residenciais penalizando os residentes; assim como também deveria haver um critério para quem trabalha em zonas onde só existe estacionamento tarifado. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, João Inácio, referindo-se ao estacionamento disse que não fazia sentido comparar zonas que não tinham comparação, como zonas vermelhas com outras que não eram da mesma cor, solicitando informação sobre quais tinham sido os critérios para a atribuição de zonas que são tarifadas para as que não são, dando como exemplo o caso gravíssimo do estacionamento na zona da Fonte Nova que não é considerada zona amarela. No entanto na zona dos Arcos existem lugares para estacionarem a qualquer hora do dia. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, sugerindo que usassem o facebook para informar a Junta sobre o pedido de reparações a serem feitas e apresentou um caso de uma pessoa a quem sugeriu que fizesse o pedido de reparação de calçada no Bairro de S. Gabriel por este processo e após algumas semanas estava reparado, sem ter havido necessidade de se deslocar aos serviços da Junta. Terminou referindo-se ao estacionamento dizendo que quanto menos taxas se pagar melhor, no entanto estão a ser questionadas situações sujeitas a um plano que irá ser faseado e que irá levar alguns anos, no entanto deveria haver preocupação quanto ao funcionamento e qualidade dos transportes públicos no acesso aos diversos bairros e zonas da cidade. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que, uma vez já ter passado da meia-noite e antes de dar a palavra ao Presidente da Junta, sugeria que pensassem se queriam que, após as Moções terem sido apresentadas e debatidas, a sessão da assembleia fosse interrompida passando o debate dos restantes pontos da ordem de trabalhos para data a acordar. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, esclarecendo que na Av. de Moçambique existem situações muito complicadas, umas que a Junta irá resolver e outras que irá fazer as *démarches* necessárias para que sejam solucionadas, nomeadamente loteamentos inteiros que se encontram abandonados e com infraestruturas inacabadas e vandalizadas, cujo proprietário não tem feito nada. A Câmara também tem conhecimento deste problema e em conjunto com a Junta têm estado a estudar uma solução. Quanto ao abatimento da calçada tem a ver com a qualidade do terreno que está por baixo, motivo pelo qual a Junta tem estado a construir um muro de suporte com novos acessos e canteiros. Futuramente esta avenida irá ser ligada à Estrada dos Ciprestes e a curva que o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, mencionou irá desaparecer quando for ligada a essa estrada. Terminou a intervenção informando que a Fonte Nova não tinha suporte para comportar aquele tipo de estacionamento derivado a não possuir espaço necessário para serem criados lugares, uma vez que para além dos poucos lugares existentes os outros são estacionamentos abusivos sem qualidade para essa função. -----

A Presidente da Mesa colocou para votação a questão colocada antes da intervenção do Presidente da Junta, ou seja se estavam de acordo com a proposta de após a apresentação das Moções os restantes pontos da ordem de trabalhos serem suspensos até segunda-feira, conforme estabelece o Regimento da Assembleia em vigor. Seguidamente passou à votação, tendo **ficado aprovada a suspensão** dos trabalhos com nove votos a favor e sete contra. Passou-se então à apresentação da **MOÇÃO da bancada da CDU – A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português** (anexo 11). Não havendo intervenções foi colocada para votação tendo sido aprovada por maioria com catorze votos a favor (6 PS; 6 CDU; 1 BE; 1 Coligação) e duas abstenções da Coligação. -----

Apresentação da MOÇÃO da bancada do Bloco de Esquerda – Parques Infantis adaptados para crianças com deficiência (anexo 12). Não havendo intervenções foi colocada para votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Apresentação da MOÇÃO da bancada do Bloco de Esquerda – Em Defesa da Escola Pública (anexo 13). Não havendo intervenções foi colocada para votação tendo sido aprovada por maioria com catorze votos a favor (6 PS; 6 CDU; 1 BE; 1 Coligação) e duas abstenções da Coligação. -----

Apresentação da MOÇÃO da bancada da CDU – Pelo Direito da População do Concelho de Setúbal ao Transporte Público e à Mobilidade (anexo 14). Não havendo intervenções foi colocada para votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Apresentação de VOTO DE CONGRATULAÇÃO da bancada do Bloco de Esquerda (anexo 15). Que foi colocado para discussão. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, fazendo um breve comentário sobre esta moção, a saber: *“A primeira República, em 1913, fez uma reforma das então Juntas de Paróquia, que até esta data pertenciam aos Organismos Religiosos, reunindo dentro da Igreja e como a República era laica em 1913 sai a primeira legislação. Conserva o Título de Paróquia mas com uma organização mais civil. As Juntas de Paróquia com 7 elementos passaram a ter 5 e instituem dois funcionários, um tesoureiro e um secretário que começaram a ser pagos pelas Juntas, possivelmente nas zonas rurais ganhavam miseravelmente mas em Lisboa tinham um ordenado mais decente. Fez-se*

a separação da Igreja mas conservou o nome Junta de Paróquia. Em 1916 sai uma nova legislação e então é criada a Junta de Freguesia que simultaneamente era um Organismo Executivo e Deliberativo”. -----

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação tendo ficado aprovado por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa conforme tinha sido aprovado deu por suspensa esta Sessão com continuidade na próxima segunda-feira, pelas vinte e uma horas no Polo de S. Julião. -----

Continuação da Sessão

04/07/2016

A Presidente da Mesa deu por aberta a Sessão e confirmou as presenças comparando-as com as da sessão anterior, a saber: -----

A Mesa da Assembleia foi presidida por, ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS), secretariada por Donatilia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. (três) -----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária (seis) -----

Ilda Fernandes Alves; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto; Gertrudes do Rosário da Silva Moura; -----

Bancada do PS – Partido Socialista (seis) -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; *Ciro de Sá Silva*; João Vítor Miranda Inácio; -----

Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP (três) -----

Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Armando José Ferreira Durand Moreira Pinto. -----

Bancada do BE – Bloco Esquerda (um) -----

Silvana Cassaca Parreira Paulino. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa deu por aberto o terceiro ponto da ordem de trabalhos - C)

PERIODO DA ORDEM DO DIA, passando ao primeiro ponto: -----

1. Aprovação da Ata nº 5 de 11/12/215 - Colocou-a para discussão. Foi feita a correção da palavra Mateus para Moura, na nona linha a contar de princípio da primeira página e no apelido do membro da bancada da CDU, Gertrudes Rosária da Siva Moura. Seguidamente o membro da bancada do Bloco Esquerda, Silvana Paulino, sugeriu que os nomes dos membros presentes já mencionados no começo da ata e que estavam repetidos no fim da primeira página, na zona mencionada para as substituições, deveriam ser retirados. -----

O membro da bancada do Partido Socialista, João Inácio, pediu a palavra para fazer alguns reparos ao texto da sua intervenção e no final da sua intervenção a **Presidente da Mesa pediu permissão** para responder ao deputado João Inácio, dizendo-lhe que na ultima sessão ele tinha mencionado que a sua intervenção não estava de acordo com o que tinha sido dito, portanto tinha-se optado pela transcrição da gravação na íntegra para que não houvessem dúvidas e, apesar do texto não estar na melhor forma, vale pela realidade. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que não deviam entrar neste tipo de alterações a respeito da ata, porque para além de ser um documento com pouca importância, também dever-se-ia ter a noção de que a forma como se fala nada tem a ver com a forma como se escreve, para além de que a ata é um resumo dos assuntos tratados em reunião, tendo como pontos importantes as deliberações que nela se fizeram e se registaram. -----

Não havendo mais intervenções a **Presidente da Mesa colocou para aprovação** a ata nº 5 de 11/12/215 com as alterações mencionadas, tendo a mesma ficado aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente a Presidente da Mesa passou ao segundo ponto da ordem do dia **2 – DISCUSSÃO E APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE E CONTROO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA.** -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, informando que, à semelhança daquilo que se tinha vindo a fazer nos últimos anos, aquele era mais um documento que espelhava o trabalho que se tinha realizado; no entanto, apesar dos melhoramentos tanto na qualidade do documento como no registo dos trabalhos, ainda

haviam arestas para serem limadas, principalmente no que respeitava a uma informação mais detalhada e rigorosa das intervenções mais pequenas dos serviços operacionais, como por exemplo informação das toneladas de mato que são apanhadas, em que zonas e/ou em que ruas, pois isso irá ajudar a que tenham uma melhor noção do trabalho realizado por esse setor. Quanto ao Controlo Orçamental da Receita e da Despesa, como podiam verificar nos documentos era boa; em maio estava em cerca de quarenta e sete por cento da Receita arrecadada e trinta e cinco por cento do orçamento da despesa feito. Informou que algumas das grandes obras estavam previstas em orçamento, mas como ainda não tinham sido feitas davam origem a um desequilíbrio entre a Receita e a Despesa. Terminou dizendo que estava disponível para responder a qualquer questão que lhe quisessem colocar. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Olinda Peixoto, questionou se a Junta iria fazer obras nas Escolas quais as prioridades, que tipo de obras e quais as previsões. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, questionando se o Procedimento Concursal tinha sido aberto e em que ponto estava a situação, uma vez que o Presidente tinha assumido o compromisso de o abrir para preenchimento de duas vagas no mapa de pessoal para assistente técnico. ----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, que após ter cumprimentado todos os presentes pediu desculpa pelo atraso referindo que lhe tinha sido completamente impossível ter chegado mais cedo. Prosseguiu referindo que gostaria de ser esclarecido em algumas questões, nomeadamente no que constava no controlo orçamental da despesa, estranhamente a manutenção do valor aprovado por esta Assembleia para a rubrica Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho, ou seja a rúbrica 01.01.04.04 - com o valor de 6.500 Euros, sendo ainda o mais estranho a diminuição da rúbrica 01.01.06.04 Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho em Regime de Contrato Individual de Trabalho de 22.500 € para 9.300 € e gostaria de saber o porquê. Continuou referindo que gostava de ser esclarecido quanto à alteração na rubrica de Combustíveis 02.01.02.02 – gasóleo, em três mil euros ou seja de 5.000 passou para 8.000 no entanto há algum tempo tinha havido entre a Junta e a Câmara um acerto de contas relacionado com uma varredoura em que a Câmara fornecia o gasóleo. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, questionando se o evento Feira de Artes e Sabores se iria realizar, uma vez que tinha sido aprovado em orçamento mil euros, contudo no controlo orçamental apenas estava previsto vinte euros e gostaria que justificassem o porquê desta diferença. Continuou solicitando o porquê do orçamento aprovado para o evento Mostra de Tradições e Profissões Marítimas ter sido de 2.500 euros e que seria uma parceria com a Câmara, mas no controlo orçamental aparecer 9.110 euros, pelo que foi praticamente o quadruplo do valor inicial e gostaria de saber o porquê desta derrapagem. Quanto ao Controlo Orçamental não via boa-fé, da parte do Executivo, no que respeitava à rubrica da Educação, uma vez que o Partido Socialista tinha solicitado um aumento para a referida rúbrica, aquando da aprovação do Orçamento e o que se constatava era que o valor de onze mil euros tinha passado rapidamente para seis mil trezentos e cinquenta euros. No entanto há um ano atrás, a bancada do Partido Socialista, tinha feito o mesmo tipo de intervenção, ou seja para que na época do Verão fossem feitas obras com maior profundidade, uma vez que a Junta tinha capacidade para fazer maiores investimentos nas Escolas. No entanto lamentava que a mesma situação se estivesse a repetir. ---

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo que iria responder em primeiro lugar à questão do gasóleo, ou seja a Câmara tinha ficado de fornecer uma varredoura à Junta, a qual estava protocolada, no entanto a mesma não funcionava e a Junta teve que alugar uma, motivo que levou a solicitarmos, ao abrigo do Protocolo, que fossem ressarcidos daquela despesa. A Câmara concordou em ressarcir esses custos através de duas formas, uma em materiais no valor de doze mil setecentos e cinquenta euros e outra em gasóleo no valor aproximado a cinco mil euros. No entanto a rubrica do gasóleo teve que ser reforçada derivado a um atraso no fornecimento do mesmo, pela parte da Câmara que teve um imprevisto respeitante ao tempo de renovação do contrato com a empresa fornecedora do gasóleo. Quanto aos dois eventos que não foram realizados e que faziam parte de uma Candidatura Comunitária a que a Junta se tinha proposto, a ID7 que, por ter ficado com menos verba atribuída, originou a não aprovação dessas candidaturas, motivo que levou à rubrica com o valor de mil euros ter passado para vinte euros de forma a não ter sido fechada. Prosseguiu informando que essa verba tinha sido aplicada no evento Mostra das Tradições Marítimas, uma vez ter-lhe sido dada maior ênfase do que a que lhe tinha sido atribuída no

início, mesmo por sugestão de todos os parceiros implicados neste evento como sejam as Escolas, as Associações ligadas à pesca e outros, que concordaram não só em aumentar o número de dias de 4 para 12, como também mais atividades, o que originou a que o evento tivesse muito sucesso, ao ponto de se ter pensado realizá-lo novamente para o ano, mas numa perspetiva mais alargada tanto no sentido das atividades, como na parceria e realização de salas de trabalhos relacionados com o mar. No que respeita às obras nas Escolas, para além das reparações diárias constantes e urgentes, também existem as reparações maiores que são feitas em todas as épocas de férias, para além das maiores intervenções que são feitas no Verão durante o maior período em que não há aulas, daí os cartazes que são colocados na entrada de cada escola e nos quais constam os diversos tipos de intervenções. No entanto existe outro tipo de problemas nas Escolas e que tem a ver com as infraestruturas, derivado à antiguidade das mesmas, no entanto apesar de não ser da responsabilidade da Junta, têm sido realizadas reuniões com a Câmara no sentido de a alertar para esse tipo de problemas, os quais estão em estudo de forma a serem solucionados da melhor forma, inclusivamente a Câmara tinha recorrido a uma Candidatura Comunitária para que apoiassem esse projeto e já sabiam que tinha sido aprovado, mas aguardam o desenrolar do processo. Concluindo este assunto disse que todos os anos têm tido em atenção que, na abertura do novo Ano letivo e/ou Período Escolar, todas as Escolas estivessem nas devidas condições e aptas para receber os alunos. Quanto à verba gasta nas Escolas, para além de se gastar mais do que aquela que está destinada na rubrica do Ensino no Protocolo de Competências, também existe uma verba para cada escola que vem diretamente do Governo Central e lhes é entregue mensalmente para as despesas correntes do exercício escolar. -----

A Presidente da Mesa interveio para questionar o Presidente da Junta se respondia ao membro da bancada do PS, **Ciro Silva**, sobre a questão do Recrutamento de Pessoal, em outro período de intervenção, ou se seguidamente. -----

O Presidente da Junta retomou a palavra para responder à questão colocada pelo membro da bancada do PS, **Ciro Silva**, referindo que ao abrirem um procedimento para concurso, tinham que ter uma rubrica aberta de forma a comportar essa despesa, mas no caso de isso não acontecer, o valor não teria que ficar cativo na rubrica, pois só voltaria a ser necessário quando esse Procedimento Concursal fosse levado a efeito, conforme obriga a lei dos compromissos, daí a ter havido essa alteração do valor inicial. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, questionando se para a Escola dos Arcos estavam previstas intervenções no sentido de acabarem com o problema dos ratos. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que dentro de tudo aquilo em que a Junta tinha aplicado verba, a Educação, no seu efetivo, continuava a ser um parente pobre, principalmente nas estruturas físicas. Pelo que, em comparação com as verbas aplicadas a outros eventos, a da educação tinha sido sempre menor. Quanto ao evento “**Mostra das Tradições Marítimas**”, referiu que a sua bancada iria entregar à Mesa um requerimento solicitando informação sobre todos os valores gastos com o referido evento (*anexo 16*), a fim de não se verificar a mesma história que tinha acontecido com o “**FESTASSO**”. Terminou a sua intervenção questionando se, mediante as significativas alterações feitas nas rubricas das horas extraordinárias, todos os limites previstos na Lei Geral do Trabalho da Função Pública tinham sido acautelados, ou seja se não tinha sido ultrapassado o limite das duzentas horas anuais, nem os dias de descanso, nem as compensações, etc... Isto tudo porque o Mapa de Pessoal tinha sido alterado de cinco mil para sete mil euros e a Descentralização passou de oito mil euros para onze mil e oitocentos euros. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, **Ciro Silva**, referindo que o Executivo tinha sempre muitas alterações Orçamentais a serem feitas, fruto de uma Gestão diária, o que era normal, mas no entanto existiam sempre rubricas que iam sendo implementadas e outras que sistematicamente iam sendo subtraídas; ou seja, tudo o que tinha a ver com gastos no **FESTASSO**, **Mostras**, **Comemorações** e afins, aumentavam e tudo o que tinha a ver com Educação, Manutenção, Obras Físicas e algo necessário para a freguesia, normalmente diminuía. Terminou dizendo que deveria haver uma atuação e uma forma de estar mais cuidada perante o gasto do erário público. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta que começou por responder ao membro da bancada da Coligação, **Carlos Calçada**, dizendo que tanto a Junta como a Câmara, tinham conhecimento da existência de ratos naquela zona, no entanto apesar das desinfestações levadas a efeito na referida zona, não conseguiam exterminá-los na totalidade, derivado há existência de um terreno particular que, apesar de ter dono e o mesmo ter sido notificado diversas vezes para o limpar, estava ao abandono servindo de abrigo para a bicharada; inclusivamente parte do mato, principalmente aquele que se encontra perto da Escola do Arcos tem sido limpo pelos serviços operacionais da Junta, para evitar outros problemas. Quanto à Escola dos Arcos para além da manutenção diária, irão ser feitos melhoramentos tanto no piso como nas vedações e nos brinquedos. Prosseguindo a intervenção respondeu, sobre a questão das horas extraordinárias, que nenhum trabalhador da Junta tinha ultrapassado o limite das duzentas horas, mas se acontecesse por imposição do trabalho e das funções que alguns funcionários desempenham, o Executivo, conforme a Lei obriga, teria de justificar o motivo e referiu isso já ter acontecido no ano anterior com o encarregado, Senhor Carlos Veiga. Seguidamente e em resposta ao membro da bancada do PS, **Cirio Silva**, informou que foram feitas duas Alterações Orçamentais e em relação ao que tinha sido dito sobre a Junta ter retirado ao investimento e/ou à obra/física em detrimento da obra imaterial não estava correto, uma vez que 80% da verba do saldo de gerência foi aplicada; ou seja dos oitenta mil euros recebidos e mais algum de receita própria, num total de cento e trinta e quatro mil euros, tinham sido aplicados com a seguinte forma: setenta mil no mercado, trinta e três mil na conservação de bens, mais dezasseis mil na conservação de bens e catorze na locação de meios relacionados com o aluguer da varredoura e com serviços de higiene e limpeza, pelo que tudo o que mencionara não tinha a ver com eventos. Para além de que, o Orçamento para ser aprovado sofrera uma redução de trinta e quatro mil euros na área das ações imateriais. Terminou dizendo que deveriam ter mais cuidado com as afirmações. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que mais uma vez sendo a Assembleia um órgão fiscalizador dos atos de gestão da Freguesia, iria entregar à Mesa, um requerimento solicitando o número de horas extraordinárias de cada funcionário e o respetivo fundamento legal dessas horas (anexo 17). Continuou referindo que gerir uma Junta de Freguesia era bem diferente do que gerir uma empresa privada, no entanto não estava de acordo com a forma como eram transmitidas as ideias, dando como exemplo a presença de vários funcionários da Junta de Freguesia na presente sessão, após o terceiro orçamento ter sofrido duas reprovações; pelo que, possivelmente, foi-lhes passado algum constrangimento dando origem a que pensassem que os seus vencimentos estariam em causa, daí a presença em massa nesta Sessão da Assembleia e só nesta, pelo que pediu que lhe dessem uma explicação para tal acontecimento. Outro exemplo foi que após o seu colega João Inácio, na última Sessão da Assembleia, ter mencionado o caos em que se encontrava o estacionamento na zona da Anunciada, começou a ouvir-se que o PS queria alterar o estacionamento. Lamentou que os assuntos tratados na Assembleia fossem transmitidos para o exterior de forma deturpada e referiu que mediante o pedido entregue na Mesa sobre as horas extraordinárias esperava que não chegassem aos serviços e dissessem que o PS era contra essas horas. Terminou referindo que sempre assumiu todas as posições que tomou e gostava que fossem transmitidas exatamente como tinham acontecido e não de forma deturpada e/ou desvirtuada. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa fazendo uma ressalva como elemento da Assembleia, questionando a respeito de um comentário feito pelo senhor Presidente da Junta sobre o Controlo Orçamental, ao dizer que tinham feito duas Alterações Orçamentais, considerando Alterações Orçamentais os documentos que tinham levado a Executivo para o fazer. Continuou referindo que se alterações às rúbricas eram consideradas Alterações Orçamentais elas não tinham sido duas mas sim mais de vinte e isso em relação ao último Orçamento que foi aprovado, para além de que ao referir que uma dessas alterações tinha sido o reforço na rubrica para a obra do Mercado, não se verificava porque a alteração de oitenta e cinco mil euros já existia no último Orçamento aprovado. Terminou referindo que mediante o que tinha sido dito na presente Assembleia, pelo senhor Presidente, já seriam mais duas alterações, uma nos valores para os eventos e outra nos combustíveis. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta respondendo ao membro da bancada do PS, Paulo Gomes, que esperava que ele não estivesse a insinuar que os trabalhadores da Junta tinham ido à Sessão influenciados

por alguém do Executivo da Junta, pois isso seria um absurdo e que a questão que lhe tinham colocado deveria ter sido feita diretamente aos trabalhadores. Prosseguiu informando que sobre as horas extraordinárias poderiam estar descansados que as mesmas para além de não terem sido ultrapassadas, também estavam justificadas, tudo conforme a lei obriga e seria impensável que alguém do Executivo fosse transmitir que o PS era contra essas horas. Informou, ainda, que ao receberem a resposta sobre o requerimento que a bancada do PS tinha feito chegar à Mesa acerca do pedido de informação das horas extraordinárias, comprovariam o que tinha sido dito. Seguidamente passou a responder à Presidente da Mesa, segundo a sua intervenção como membro da bancada do PS, dizendo que o Executivo tinha feito duas Alterações Orçamentais e nelas tinham sido feitas alterações dos valores em diversas rúbricas, ou seja não tinha sido referido que tinham sido feitas duas alterações a duas rúbricas. Referiu também que as alterações tinham sido feitas dentro dos mesmos grupos, caso contrário seriam feitas Revisões.-----

Não havendo mais nenhuma intervenção para este ponto, a Presidente da Mesa deu-o por encerrado e passou ao 3º ponto da ordem de trabalhos do dia – **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL E A AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO (APDES);**

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que este Protocolo vinha no âmbito do trabalho já realizado com o Projeto GIRO, ou seja um projeto de apoio e prevenção às questões da Toxicodependência, o qual tem funcionado na área da nossa freguesia e no qual fazem parte diversas entidades. Uma vez ter terminado o período de Execução do Protocolo anterior e de ter sido feito uma reunião ficou resolvido renová-lo daí ele ter vindo à Assembleia para aprovação.-----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que apesar de achar que tudo que é feito no âmbito destes projetos ser muito saudável, na sua opinião este Protocolo é muito vago, pelo que questionou qual seria o papel da Junta neste Protocolo, ou seja no ponto quarto quais as obrigações da Junta quando está mencionado “Cooperar com este projeto no âmbito da implementação de novos serviços necessários à população...”. Gostava de saber qual a relação entre o Orçamento da Junta e o referido Protocolo, ou seja onde é que este último se insere. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Silvana Cassaca, referindo que um Projeto deste âmbito que engloba diversas entidades é de grande valor, principalmente para Setúbal onde existem grandes problemas neste campo, motivo pelo qual concordou plenamente com a sua realização referindo que era de louvar a referida iniciativa e na sua opinião seria uma mais-valia que se realizassem mais projetos deste tipo. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, informando quais as intervenções da Junta neste âmbito e começou por referir que a Junta a pedido destas instituições tem emparedado edificios abandonados, fechando-lhes o acesso, uma vez que serviam de refúgio para toxicodependentes e outros atos ilícitos. Prosseguiu informando que para além da limpeza de certos espaços, também, no atendimento social, quando existem pessoas que necessitam de cuidados especiais são encaminhadas para os serviços especializados nessas matérias. Quando o projeto solicita medicamentos, alimentos, roupas ou outro tipo de ajuda material, se a Junta, através da loja social, tiver disponibiliza. Terminou referindo que este projeto também está articulado com a Policia de Segurança Pública. -----

Não havendo mais intervenções a **Presidente da Mesa colocou este ponto para votação**, tendo ficado aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente a **Presidente da Mesa** deu por aberto o quarto e último ponto da ordem de trabalhos do dia- **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL**. Antes de dar a palavra ao Presidente da Junta referiu que esperava ter recebido mais informação de suporte sobre este assunto e não apenas uma grelha, motivo pelo qual não se consegue analisar o fundamento e o porquê da alteração feita ao quadro de pessoal. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que na realidade a Proposta para Alteração ao Quadro de Pessoal poderia ter sido acompanhada de informação, para que houvesse um melhor entendimento e esclarecimento, apesar de que à face da lei só ser necessário a apresentação da grelha. No entanto passou a explicar referindo que a Junta tinha pessoal em regime de avença e que o Governo com o atual Orçamento permitiu uma nova abertura, motivo que levou a Junta a alterar o quadro de pessoal de forma a inserir trabalhadores que já desempenhavam essas funções na Junta, mas que estavam como trabalhadores da APPACDM. Quanto aos dois lugares administrativos serão só preenchidos, uma vez que as pessoas já

pertencem à Junta há alguns anos. Os restantes são pessoas que trabalham na Junta como por exemplo três técnicos superiores na área social, um técnico avançado que trabalha na área da educação e que faz a ligação com as Escolas, outro técnico superior avançado na área da comunicação que trabalha de dia e de noite, enfim todas estas pessoas desempenham funções na Junta apesar de não terem o lugar garantido no caso da abertura de concurso porque são os lugares que irão ser preenchidos. Terminou referindo que estas despesas já estão contabilizadas no Orçamento e que atualmente a Junta gasta cerca de quarenta por cento do orçamento em vencimentos; a lei diz que se pode atingir até sessenta por cento, no entanto não queremos ultrapassar os cinquenta por cento. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa que dirigindo-se ao Presidente da Junta referiu que ele tinha dito que a Alteração ao Mapa de Pessoal “poderia ser acompanhada” de uma explicação, mas o verbo tinha sido mal escolhido, pois o correto era “deveria ser acompanhado de uma explicação”. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, referindo que tanto o Orçamento como o Mapa de Pessoal deve ter equilíbrio na gestão. Seguidamente questionou se a Junta iria ter sempre Delegação de Competências, uma vez que este mapa de pessoal era a pensar na atual gestão da Junta e caso haja mudança possivelmente já não é o adequado. Mediante o que tinha referido gostava de ter uma melhor explicação sobre a Alteração ao Mapa de Pessoal. -----

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, questionando quais os custos que a Junta ficaria com a referida Alteração ao Quadro de Pessoal. Terminou referindo que deveria ter sido acompanhada a Alteração com uma explicação devidamente fundamentada e por escrito, apesar de este assunto não ter muita razão de ser uma vez que a CDU propôs a separação da União das Freguesias. -----

Teve a palavra o membro da CDU, Jorge Martins, referindo que as intervenções sobre este assunto só demonstraram, a falta de vontade em entender o que se propôs, pois os fundamentos apresentados não tiveram lógica. Prosseguiu a intervenção referindo que as atitudes tomadas só adiavam uma coisa que era premente e que se sobrepunha a todas as que tinham sido colocadas, pois o que deveria ser a análise da proposta seriam as funções a desempenhar para um melhor funcionamento dos serviços. Terminou referindo que considerava as funções colocadas necessárias ao trabalho da Junta e também concordava que a proposta deveria ter sido acompanhada de informação, no entanto era injusto estarem a escamotear esta questão, arranjando argumentos para votar contra e dizendo que isto vai por em causa a existência das freguesias. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que tudo deveria estar mais claro e que o documento deveria ter sido acompanhado de uma explicação não só das novas funções criadas como também dos custos que iriam implicar no Orçamento da Junta. Prosseguiu fazendo referência que não estava em causa a quantidade das pessoas a serem colocadas nas novas funções, mas sim a forma como o documento é apresentado, para além de que com que critério se poderá votar, num documento com tanta importância, não possuindo bases para o analisarmos. Referiu mais uma vez que não estava em causa as pessoas nem os vínculos à Junta mas sim a apresentação do documento. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa reforçando que já tinha sido referenciado diversas vezes nas Sessões da Assembleia a falta de documentos e/ou propostas mal fundamentadas ou outro tipo de falta de documentos e começava a ser um denominador comum. Prosseguiu referindo que ao pegar no documento apresentado, automaticamente comparavam-no com o Orçamento apresentado para o poder descodificar, no entanto era uma tarefa difícil, assim como foi difícil de entender e de descodificar a explicação dada pelo senhor Presidente da Junta, pois se reparasse para o que tinha dito apercebia-se que tudo estava um pouco baralhado. Referiu ainda que em todas as intervenções ninguém tinha dito que estava contra a contratação de novos trabalhadores ou a sua regularização. A principal questão foi que a Assembleia tinha que ter uma proposta fundamentada para poder votar, onde estivesse especificado que os trabalhadores técnicos superiores iriam desempenhar estas e aquelas funções e assim sucessivamente, dentro do que é uma Freguesia e não uma Multinacional. Seguidamente, segundo os comentários, pediu desculpa e fazendo um à parte disse que a CDU quando está na oposição quer tudo muito bem explicado mas quando não está pensa que tudo se pode aprovar simplesmente falando, que falta de coerência.

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que ao olhar para o documento apresentado não percebia nada sobre que lugares seriam criados e que estranhava pois a CDU costumava ser muito rigorosa nestes campos devendo o documento ter sido acompanhado com uma explicação devidamente documentada.

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo que se lessem todo o documento apresentado, não só a proposta mas também o mapa do pessoal apresentado, poderiam verificar que todos os lugares estão bem explícitos e a própria lei refere que são só esses documentos que vão a Sessão de Assembleia. No entanto concordamos que deveria ter havido um documento explicativo dos passos dados, apesar de ter sido dada uma explicação oral em que tinha sido dito que iria ter um valor de trinta e um mil euros no Orçamento da Junta pelo que os vencimentos ficavam com um custo anual de 56 mil euros. Terminou a sua intervenção referindo que o Executivo estava de acordo em retirar a Proposta e apresenta-la numa próxima sessão com a informação solicitada para um melhor esclarecimento da Alteração ao Quadro de Pessoal, apesar de a lei referir que o que tem que ser apresentado em Sessão de Assembleia é só o Mapa de Pessoal. -----

A Presidente da Mesa concordou com a retirada da Proposta, uma vez que todos estavam de acordo em que deveria ter sido a mesma acompanhada de uma nota explicativa. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, congratulando-se com a retirada da Proposta pelo Executivo, tendo referido que não achava o documento referente ao quadro de pessoal, nem a proposta, como acessíveis e não se revia nela. Terminou dizendo que as questões que tratavam de seres humanos e de trabalho de pessoas deveriam ser tratadas com mais cuidado e respeito. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Silvana Casaca, questionando qual o efeito para os trabalhadores da retirada da Proposta. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que como membro do PCP, pode tomar as posições públicas que quiser sobre qualquer tipo de matéria e tinha sido o PCP que sempre referiu que a União das Freguesias tinha sido uma asneira, no entanto ele era Presidente da União das Freguesias e respondia por essa realidade. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram vinte e quatro horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que contem doze páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Ana Pereira

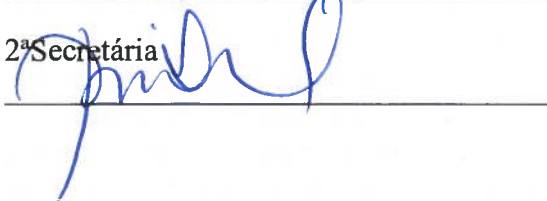
Presidente da Assembleia de Freguesia



1ª Secretária



2ª Secretária



Recebido a
30/06/2016

MOÇÃO

MESA

A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português

A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do Ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu a possibilidade de se celebrarem **contratos de associação** com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas.

Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado da educação, alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou **contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam, por um lado, financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública e, por outro, abrir caminho à progressiva privatização da oferta educativa e à imposição do chamado “cheque-ensino”.**

O atual Governo, através do seu Ministério da Educação, decidiu repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 apenas e quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública em dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP e dos partidos da maioria que sustentou o anterior governo.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, reunida em 30 de junho de 2016, delibera:

1. Manifestar apoio às medidas que visam repor a legalidade, definindo que a celebração dos contratos de associação deva ocorrer apenas e quando a rede pública for deficitária e sempre como instrumento supletivo da Escola Pública;

2. Repudiar a agressiva campanha de desinformação promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o apoio cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo de desacreditar a Escola Pública e os seus profissionais.
3. Exigir do governo, o investimento e as medidas necessárias à concretização do desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso concelho e do país.

30 - Junho - 2016


Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal

Alberto Pereira

A favor - 14 vozes (BE + PS + Ape. Neto)

Abst. -

Abst. - 2 (Paulo Calçada, e Paulo Pinto)

Recebido a
30/06/2016




Bloco de Esquerda

MOÇÃO

Parques infantis adaptados para crianças com deficiência

Em setembro de 1990, Portugal ratificou a Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro de 1989.

De acordo com a Convenção uma criança é “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”.

A todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso em condições de igualdade (Artigo 31.º).

Às crianças com deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade.

Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa concretizar, o Estado deve promover condições que permitam a efetivação desse direito, seja em parques infantis, jardins, parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância.

Sendo certo que muito se tem progredido no que concerne à disponibilização de parques infantis com condições adequadas para as crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as crianças possam lá brincar.

De facto, são ainda muito poucos os parques infantis inclusivos, permitindo a sua utilização por crianças com deficiência o que conduz a uma evidente discriminação: crianças com deficiência é-lhes coartado o direito a brincar nos parques infantis, condenando-as a ver outras crianças brincar.

É necessário encarar esta realidade de frente e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão das crianças com deficiência. E não se inclui excluindo estas crianças de contextos recreativos e lúdicos, como são os parques infantis.

As Autarquias têm aqui um papel determinante devendo ser promotoras de inclusão e não agentes que fomentam a exclusão; garantir a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem que ser feito.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda exorta a União das Freguesias de Setúbal a proceder a uma avaliação dos parques infantis da sua responsabilidade, identificando condições de acessibilidade e procedendo a uma calendarização tendo em vista a

adaptação dos parques e equipamentos de modo a que sejam adaptados a crianças com deficiência.

Pelo exposto, a Assembleia da União das Freguesias de Setúbal, reunida em 30 de junho de 2016, delibera:


1. Recomendar ao Executivo da União das Freguesias de Setúbal, a realização de uma avaliação às condições de funcionamento, acessibilidade e manutenção dos equipamentos dos parques infantis que se encontram sob responsabilidade desta autarquia.
2. Exortar o Executivo da União das Freguesias de Setúbal a proceder a uma calendarização tendo em vista a adaptação dos parques infantis a crianças com deficiência.
3. Recomendar ao Executivo da União das Freguesias de Setúbal que a zona circundante dos parques infantis seja adaptada a pessoas com deficiência (estacionamento, piso rebaixado, pavimento adequado...).

Setúbal, 30 de junho de 2016,

Ass. Freguesias de Setúbal

Silvana Paulino - Bloco de Esquerda

Aprovada por unanimidade!

Recebido a
30/06/2016




Bloco de Esquerda

A favor - 14 votos
contra -
Absterão - 2 elementos edig. por sinal

Moção em defesa da Escola Pública

No 40º aniversário da Constituição, o país celebra a democracia e, entre as suas conquistas, a Escola Pública. Quatro décadas depois, reafirmamos que o investimento numa escola pública de qualidade é a única forma de mantê-la como instrumento de igualdade.

Sem a Escola Pública da democracia, a segregação social começava cedo na vida daqueles que não tinham possibilidade de frequentar os liceus e colégios reservados para a elite. Desta forma, o regime assegurava-se de que todos saberiam sempre o seu lugar na sociedade: o filho de rico destinado à riqueza e o filho de pobre condenado à miséria.

Durante décadas, a ausência de um sistema de ensino público, gratuito e universal foi sinónimo de atraso e de iniquidade de uma ditadura que tinha "as suas razões" para considerar a Educação do povo um perigo.

Com o fim da ditadura em 1974, uma das prioridades da revolução dos cravos só poderia ser garantir o acesso do povo à Educação, mas a Constituição foi ainda mais longe. Reconhecido o direito de todas e todos à educação em condições de igualdade, o artigo 75.º da Constituição obrigou o Estado, a criar uma "rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população".

Durante décadas, o país investiu os seus impostos na escola que é de todos, e todos sem exceção tiveram direito a ela. A Escola Pública foi capaz de um dos maiores feitos da democracia: em 40 anos, a taxa de escolarização no 3º ciclo do ensino básico disparou de 23,8% para 86,5%, e no secundário de 4,9% para 74,3%. Além de educar a geração, filha do 25 de abril, a Escola Pública transformou-se num poderoso instrumento de igualdade e desenvolvimento.

Onde não foi capaz de chegar rapidamente com a construção de escolas, o Estado contratualizou com dinheiro público a frequência de colégios privados através de contratos de associação. Com o tempo, estes contratos foram alargados a zonas onde não havia carência de estabelecimentos de ensino públicos. Sucessivos Governos mantiveram as transferências como rendas públicas a menos de uma centena de negócios privados. Enquanto o Estado desperdiçava dinheiro com colégios, as Escolas Públicas localizadas nessas zonas de implantação foram sofrendo com o esvaziamento e o desinvestimento. Segundo o Tribunal de Contas, um aluno do ensino público custa em média ao estado 3890 Euros e um aluno no ensino privado com contrato de associação custa em média 4522 Euros.

Durante os últimos anos de austeridade cortaram-se mais de 1,3 milhões de euros na educação pública, fecharam-se escolas, despediram-se professores, reduziram-se recursos, apesar de se manterem as rendas aos privados. Esse caminho tem de ser travado e invertido.

Assim, a Assembleia da União das Freguesias de Setúbal delibera:

- Saudar a decisão do governo de fazer cumprir a lei ao impedir as redundâncias nos contratos de associação, travando o desperdício com as rendas desnecessárias aos colégios privados;


- Saudar a massiva manifestação de 18 de junho, em defesa da escola pública;
- Exortar o governo a aumentar o investimento na escola pública.

Depois de aprovada, esta moção será divulgada aos órgãos de comunicação social, nacionais e regionais e enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, grupos parlamentares da Assembleia da República, primeiro-ministro e ministro da Educação.

Setúbal, 30 de junho de 2016

Assembleia da União das Freguesias de Setúbal

Silvana Paulino - Bloco de Esquerda

Recebido a
30/06/2016


CDU- Coligação Democrática Unitária

MOÇÃO

PELO DIREITO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE SETÚBAL AO TRANSPORTE PÚBLICO E À MOBILIDADE.

Em Portugal, como resultado da Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações.

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na AML.

O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos - como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atractividade do sistema

O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios.

Uma oferta cara, deficitária e dominada pelos operadores privados (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos) é um estímulo ao transporte individual (com todas as consequências daqui decorrentes) e constitui, por outro lado, um factor de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores precários, desempregados, crianças e jovens, etc).

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para termos uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem na Alemanha mais do triplo que cá.

Como se esta situação não fosse bastante grave, acresce ainda o facto de 121.185 utentes do concelho de Setúbal, a totalidade da população (dados do estudo efectuado pela AMTL com base em dados do INE), não serem abrangidos pelo passe social intermodal mesmo como este se constitui actualmente. Acresce a esta grave situação que a ligação a Lisboa por via férrea efectuada pela Fertagus não se encontra abrangida pelo passe social intermodal.

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. É preciso pois garantir um aumento directo da oferta, mas também garantir que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética.

É preciso contrariar o ciclo recessivo (aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes, como se perdem utentes, aumenta-se o preço e reduz-se o serviço para o adequar à menor procura, e assim sucessivamente) e promover o crescimento.

Os transportes públicos têm que ser atractivos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respectivos serviços no sistema.

A existência de um mesmo passe social intermodal ou um mesmo bilhete, que permita circular por toda a AML, adequando assim o passe social intermodal à realidade urbana actual, promovendo a atractividade do transporte Público e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade.

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.

Assim, considerando:


- A importância que a criação de um Passe social intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa, que junte todos os operadores e todas as carreiras e assegure a plena cobertura do concelho pelo Passe Social Intermodal, terá na promoção do transporte público.

- **Os eleitos na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal (N. Sr^a Anunciada, Santa Maria da Graça e S. Julião):**

- a) - Afirmam o seu interesse e disponibilidade para aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no concelho de Setúbal. Recomendando à **União de Freguesias de Setúbal (N. Sr^a Anunciada, Santa Maria da Graça e S. Julião)**, a promoção do debate e da iniciativa pública relativa a esta temática no Concelho.
- b) – Condenam as inúmeras falhas no cumprimento do serviço programado pelos diversos operadores, considerando-as como mais um violento e inadmissível corte nos transportes públicos, uma prática que constitui um ataque encapotado das empresas ao direito à mobilidade.
- c) - Manifestam o apoio a esta iniciativa pelas enormes vantagens que tem para a mobilidade a existência de um passe social intermodal que cubra todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Os eleitos da CDU

aprovada por unanimidade

Recebido a
30/06/2016




Bloco de Esquerda
Assembleia da União das Freguesias de Setúbal

Voto de Congratulação

Foi há 100 anos que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de freguesias. Com a Lei nº 621 de 23 de junho de 1916, passou a designar-se por "Junta da Freguesia" o corpo administrativo até então designada junta de paróquia.

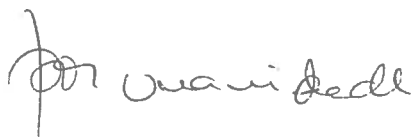
A Constituição da República aprovada em 2 de abril de 1976 estabeleceu no seu artº 237º e seguintes que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, como as freguesias. As freguesias têm sido um espaço fundamental de afirmação territorial, de representação política e de debate democrático.

Mas apesar de desempenharem funções cada vez mais relevantes no apoio às populações, as freguesias não têm tido o adequado reforço das competências legais nem dos meios financeiros. Contrariamente à imagem difundida pelos adversários do poder local, as transferências do Orçamento do Estado para o conjunto das freguesias, através do Fundo de Financiamento das Freguesias, têm sido claramente insuficientes. Se em 2010 atingiram o montante global de 211 milhões de euros, nos anos seguintes baixaram para 184 milhões de euros, o que corresponde a 0,13% do orçamento do Estado.

Tendo em conta o papel insubstituível das freguesias na representação das populações e como espaço de decisão democrático das respetivas comunidades, a Assembleia da União das Freguesias de Setúbal, reunida em 30 de junho de 2016, delibera:

1 - Congratular-se com a iniciativa da Assembleia da República a que se associou também a ANAFRE da comemoração dos 100 anos da Lei nº 621 de 23 de junho de 1916 em que as paróquias civis passaram a ter a denominação oficial de freguesias;

2 - Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;



A representante do BE
Silvana Paulino

Entrede na Assembleia da
Freguesia de 30 junho 2016

[Handwritten signature]



→ Encaminhe-se para o executivo
para resposta dentro do prazo
estipulado por lei.
[Handwritten signature]

REQUERIMENTO

A bancada do Partido Socialista vem requer à Mesa desta Assembleia que encaminhe ao Executivo da União das Freguesias de Setúbal o presente requerimento.

Com este solicita que lhe seja entregue toda a documentação relativa à totalidade da faturação de despesa adstrita à iniciativa Mostra de Profissões e Tradições Marítimas.

A Bancada do Partido Socialista,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

António Pereira
[Handwritten signature]

Entrada em Assembleia de
Freguesia de 30 junho de 2016
[Signature]



REQUERIMENTO

→ Encaminhe-se para escrutínio
para resposta dentro do prazo
estipulado por Lei.
[Signature]

A bancada do Partido Socialista vem requerer à Mesa desta Assembleia, que encaminhe ao Executivo da União das Freguesias de Setúbal o presente requerimento.

Com este solicita que lhe seja entregue toda a documentação que expresse o total do número de horas extraordinárias executadas por cada funcionário à data, o respetivo fundamento legal das mesmas, as correspondentes remunerações e ainda os respetivos mapas de assiduidade.

A Bancada do Partido Socialista,

Paulo [Signature]
João [Signature]
Cin [Signature]
[Signature]
António [Signature]